



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2778 – Itajá/RN, 12 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO JOÃO EUDES FERREIRA FILHO

PODER EXECUTIVO

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito

João Manoel Pessoa Neto
Vice-prefeito

PODER LEGISLATIVO

Carlos Marcondes Matias Lopes
Presidente

Manoel Argemiro Lopes Neto
Vice-presidente

Wlisvan Gomes da Silva
1ª Secretário

Márcia Luciana de Melo Medeiros
2º Secretária

Francisco de Assis Rodrigues Ferreira
Vereador

Francisco Deuzidete da Silva
Vereador

Hudson Bruno da Silva
Vereador

José Possidônio Lopes Neto
Vereador

Ronaldo Adriano da Silva
Vereador

Expediente: Maria José da Silva
Secretária de Comunicação, Marketing, Publicidade e Eventos
Diretor de Redação: Airton Rodrigues dos Santos



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2778 – Itajá/RN, 12 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

PODER EXECUTIVO

GOVERNO

DESPACHO

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Pagamento indenizatório decorrente da rescisão unilateral do Termo de Fomento celebrado com a Associação Anjos da Saúde

Vistos, etc.

1. Trata-se de análise da solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da qual se requer autorização para proceder ao pagamento indenizatório referente a despesas realizadas por fornecedores e colaboradores vinculados à execução do Termo de Fomento celebrado entre este Município de Itajá/RN e a ASSOCIAÇÃO ANJOS DA SAÚDE, CNPJ nº 05.659.018/0001-13, cujo objeto consistia no desenvolvimento de ações de apoio à assistência à saúde e ao suporte logístico das unidades integrantes da rede municipal.

2. Consta dos autos que o referido ajuste foi rescindido unilateralmente pela Administração em razão da inexecução das metas pactuadas, especialmente no que tange ao fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares, fato que comprometeu a regularidade e a continuidade dos serviços essenciais de saúde prestados ao usuário do Sistema Único de Saúde – SUS.

3. A Assessoria Jurídica do Município, por intermédio de parecer devidamente acostado aos autos, manifestou-se pela possibilidade jurídica do pagamento indenizatório, desde que comprovada a efetiva prestação dos serviços e sua vinculação ao objeto pactuado, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da boa-fé administrativa e da vedação ao enriquecimento sem causa.

4. Verifica-se que a Secretaria Municipal de Saúde juntou aos autos relação detalhada dos prestadores, acompanhada de documentos comprobatórios das despesas, atestos técnicos e demais elementos que demonstram a efetiva execução dos serviços e a sua adequação ao interesse público.

5. Diante desse contexto, e considerando que a interrupção do pagamento poderia ensejar prejuízos à coletividade e gerar passivos indevidos à Administração, entendendo que a medida se revela razoável, proporcional e juridicamente adequada, atendendo ao interesse público primário.

DE C I D O:

a) ACATAR integralmente o parecer jurídico constante do processo;

b) AUTORIZAR o pagamento indenizatório diretamente aos fornecedores e colaboradores elencados e identificados nos autos, desde que atendidos os requisitos de liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente e conforme documentos comprobatórios já analisados pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) DETERMINAR à Secretaria Municipal de Saúde e ao setor de contabilidade que promovam, com a urgência necessária, a liquidação e o pagamento, observando-se rigorosamente os valores, beneficiários e documentos constantes no processo administrativo.

Publique-se. Cumpra-se.

Itajá/RN, 12 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito do Município de Itajá/RN

PODER LEGISLATIVO

PROCESSO DE DESPESA Nº 024/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Fica dispensada a realização do certame licitatório de Contratação de prestação de serviços de dedetização e higienização como medida de controle e redução de pragas urbanas nas instalações prediais da Câmara Municipal de Itajá/RN e Casa do Cidadão, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas no termo de referência. Declaro o interessado JOSE AVAILTON DA CUNHA, CNPJ: 06.248.164/0001-19, sediada na R MIRASSOL, 1584, PLANALTO, NATAL/RN, CEP: 59.073-220, como apto e fornecedor da proposta mais vantajosa para o fornecimento dos serviços. Serão fornecidos sob a responsabilidade e fiscalização desta Câmara Municipal. A motivação se dá pelo valor da contratação, qual seja, R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), e em face de notório interesse público na Contratação de prestação de serviços de dedetização e higienização como medida de controle e redução de pragas. A contratação possui respaldo legal no que dispõe o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Itajá/RN, 13 de dezembro de 2025.

Carlos Marcondes Matias Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Itajá/RN

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

CONTRATANTE: Câmara Município de Itajá/RN
CONTRATADA: JOSE AVAILTON DA CUNHA, CNPJ: 06.248.164/0001-19, sediada na R MIRASSOL, 1584, PLANALTO, NATAL/RN, CEP: 59.073-220.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 013/2025.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de dedetização e higienização como medida de controle e redução de pragas urbanas nas instalações prediais da Câmara Municipal de Itajá/RN e Casa do Cidadão.
VALOR TOTAL: R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 13/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/12/2025 À 13/12/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

Itajá/RN, em 13 de dezembro de 2025.

Carlos Marcondes Matias Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Itajá/RN

CONSELHOS MUNICIPAIS

RESOLUÇÃO Nº 001/2025 – CAE

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, referente ao exercício de 2025, no âmbito do Município de Itajá/RN.

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Itajá/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 11.947/2009, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e normativas correlatas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE,

Considerando que compete ao CAE acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE ao Município para execução do PNAE;

Considerando a função deste colegiado de avaliar a execução do Programa no âmbito municipal e emitir Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas anual do gestor;

Considerando a documentação apresentada à análise deste Conselho, contendo demonstrativos financeiros, relatórios de execução, notas fiscais, cardápios, frequências de consumo e demais peças exigidas pelo FNDE;

Considerando que, após apreciação e deliberação dos conselheiros, constatou-se que os recursos foram utilizados em conformidade com a legislação vigente, respeitando sua destinação específica e assegurando condições adequadas de oferta da alimentação escolar;

Considerando ainda que não foram identificadas irregularidades que comprometessem a execução do Programa no exercício de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar, com Parecer Favorável, a Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, referente ao exercício financeiro de 2025, apresentada pelo Município de Itajá/RN, uma vez que ficou comprovada a correta aplicação dos recursos, conforme a destinação prevista pelo FNDE.

Art. 2º – Determinar que esta Resolução seja encaminhada ao gestor municipal da educação, à Secretaria Municipal de Administração e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para os fins legais e administrativos pertinentes.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajá/RN, 12 de dezembro de 2025.

ROZANGELA MARIA DE SOUZA SILVA SANTOS
PRESIDENTE DO CAE

EM BRANCO